

o pelo arcebispo de Braga, aberta-
de derrubar o novo rei português
os membros da nobreza e à prisão

primeiros passos para se afirmar
il. O golpe, que se sabia que seria
rticipantes como rebeldes, ambas
oi sustentado por um discurso po-
odos os quadrantes da sociedade
esso.

e um acontecimento português.
de uma oligarquia, e as respostas
parte das elites locais espalhadas
m cálculos políticos semelhantes.
rtugal teve consequências políti-

dos Filipes: Política, cultura,

— D. João IV. Lisboa:

retrospectiva. 1640, Rui Tavares (dir.).

Hispânica (1580-1640). Lisboa:

l. Guerra e Restauração.

◆ ◆ ◆ ◆ ◆
UM
IMPÉRIO
~ DE ~
RESISTÊNCIAS,

1500-1850
◆ ◆ ◆ ◆ ◆

Mafalda Soares da Cunha



Doutorada em História Moderna pela Universidade de Évora, onde leciona. Investigadora do CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (UIDB/HIS/00057/2020) e coordenadora do projeto europeu «RESISTANCE: Rebellion and Resistance in the Iberian Empires, 16th-19th centuries» (n.º 778076-H2020-MSCA-RISE-2017)¹⁶. Os seus trabalhos centram-se na história social e institucional de Portugal e do seu império na Época Moderna. Entre os seus livros destacam-se: *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas senhoriais e redes clientelares* (Lisboa: Estampa, 2000), a coautoria com Leonor Freire Costa de *D. João IV, 1604-1656* (Lisboa: Temas e Debates, 2008) e a coordenação de *Resistências. Insubmissão e revolta no Império Português* (Alfragide: Casa das Letras, 2021).

¹⁶ Este projeto foi acolhido no CIDEHUS-Universidade de Évora e foi financiado pelo programa de investigação e inovação da União Europeia Horizonte 2020, sob o contrato N.º 778076 da Marie Skłodowska-Curie.

A m
s
d
ra a Histór
tramarina
quentemer
estão o pic
ção de um
essas justifi
como é qu
Europa do
por tanto t
A cre
espaço púb
nos discurs
característi
tantes para
também qu
diferenças
convicção
ticular de c
e tem sido
e projetare
desenvolvic
coletivo, co
ções. No m

¹⁷ José Manuel
Francisco Ma

inha

Universidade
S CIDEHUS
Culturas e
coordenadora
«Rebellion and
16th centuries»
Os seus
institucional
moderna. Entre
Bragança
«Lientelares
om Leonor
sboa: Temas
«Resistências,
«Português
21).

...a memória coletiva dos portugueses guarda algumas ideias fortes sobre a identidade nacional. Como um inquérito sobre o tema demonstrou há alguns anos, a maioria dos portugueses considera a História o maior motivo de orgulho nacional, na qual a expansão ultramarina é um dos feitos que mais se salienta¹⁷. Entre as razões mais frequentemente apontadas para justificar esse orgulho no passado nacional estão o pioneirismo da construção colonial e a capacidade de manutenção de um império pluricontinental durante mais de cinco séculos. Mas essas justificações também comportam um enigma de explicação difícil: como é que um povo pouco numeroso, situado numa região periférica da Europa dotada de recursos bastante escassos, conseguiu tão grande feito, por tanto tempo?



A memória coletiva dos portugueses guarda algumas ideias fortes sobre a identidade nacional. Como um inquérito sobre o tema demonstrou há alguns anos, a maioria dos portugueses considera a História o maior motivo de orgulho nacional, na qual a expansão ultramarina é um dos feitos que mais se salienta¹⁷. Entre as razões mais frequentemente apontadas para justificar esse orgulho no passado nacional estão o pioneirismo da construção colonial e a capacidade de manutenção de um império pluricontinental durante mais de cinco séculos. Mas essas justificações também comportam um enigma de explicação difícil: como é que um povo pouco numeroso, situado numa região periférica da Europa dotada de recursos bastante escassos, conseguiu tão grande feito, por tanto tempo?

A crer nos conteúdos das intervenções que ainda hoje ocorrem no espaço público, seja na comunicação social, seja nas redes sociais ou até nos discursos dos políticos, a maior parte dos portugueses acredita que as características específicas do temperamento da população foram importantes para explicar a invulgar extensão e duração do império. Tal significa também que existe uma perceção muito generalizada sobre a existência de diferenças de temperamento entre o povo português e os outros povos e a convicção de que essas diferenças se teriam repercutido numa forma particular de colonização. Esta ideia costuma designar-se por excecionalismo e tem sido uma forma habitual de os diversos povos autorrepresentarem e projetarem as suas especificidades. É sabido que esses discursos foram desenvolvidos em contextos de forte investimento político no imaginário coletivo, constituindo fatores importantes na construção dos estados-nações. No mundo académico, a identificação desta ideia tem sido divulgada

¹⁷ José Manuel Sobral — *Portugal, Portugueses: Uma identidade nacional*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012, pp. 90-93.

através do conceito de «comunidades imaginadas» que dá título ao livro do historiador norte-americano Benedict Andersen sobre a formação dos Estados nacionais.

O excecionalismo português é habitualmente descrito como uma combinação de fatores positivos em que se destaca a sua vocação universalista, a sua especial aptidão para o relacionamento com outros povos, a invulgar capacidade para estabelecer diálogos interculturais e, conseqüentemente, a ausência de sentimentos discriminatórios. A explicação para estas especificidades caracteriais é encontrada na sua trajetória histórica, salientando-se a experiência medieval de convívio com os judeus e os muçulmanos, geradora da flexibilidade e facilidade com que se adaptavam a outros ambientes físicos e culturais. Esta apreciação valorizava o que se considerava ser a dimensão inclusiva e não racista da colonização portuguesa. Assim sendo, dizia-se que o objetivo da presença portuguesa nos territórios extraeuropeus era arrancar as populações nativas, classificadas como atrasadas e rústicas, ao seu estágio de desenvolvimento primitivo, bafejando-as com os benefícios da civilização ocidental cristã.

Era uma visão etnocêntrica que correspondia à receção acrítica de uma série de imagens e de representações sobre o excecionalismo português. Como é bem sabido, inspiraram-se na doutrina lusotropicalista criada por Gilberto Freyre, sociólogo brasileiro, no início da década de 1930. O propósito desse autor era explicar que as peculiaridades da formação nacional brasileira radicavam na forma como os portugueses tinham colonizado o Brasil. Nesta construção imaginada, uma das características que se sinalizava era a propensão dos colonos para a miscigenação. Explicada primeiro pela escassez de mulheres brancas, as justificações para o fenómeno evoluíram para a ausência de preconceitos racistas por parte dos portugueses e alargaram-se do Brasil a todas as áreas de colonização lusa. As obras referenciais desta tese são *Casa-Grande & Senzala* (1933) e *O Mundo Que o Português Criou* (1940).

Importa, no entanto, sublinhar que entre os portugueses a associação entre império colonial e nação era anterior a estas teorias de G. Freyre. Embora não haja total consenso quanto à cronologia, os historiadores consideram que, na sequência da reivindicação do Mapa Cor-de-Rosa e do Ultimato de 1890, a emergente ideologia republicana incorporou os domínios africanos e o império ultramarino no imaginário nacional luso, de então em diante convertido em imaginário imperial. Como sintetizaram

alguns autores, tratava-se de salientando ainda a relevância do orgulho nacional. E, nas navegações, à expansão e à conquista desses mesmos feitos. Serviços portugueses em palcos extraeuropeus, mas também envolvidas. A cronística, especialmente os eventos dos séculos xv e xvi, testemunha a importância da epopeia *Os Lusíadas*, comprovando

O auge da difusão desse imaginário ocorreu no período da República (1910 e 1960). Ao arripio do que ocorreu em 1961 na Índia e em África, a terminação dos territórios dependentes do Estado Novo não foi ser esse o período da «aproximação» mantivesse alguma dissonância com os intelectuais do regime, a fraternas do mundo por além-fronteiras. Deste modo, a ligação entre nacionalismo e liberalismo desde o liberalismo oitocentista e a vocação universalista portuguesa através dos programas escolares e do imaginário na memória coletiva, uma construção ideológica contribuiu para as percepções até ao presente.

No entanto, esta visão de uma postura cordialidade do homem e o comportamento não racista e facilidade, se usarmos a disponibilidade de bibliotecas. Com efeito, a reafirmação pelos historiadores desde 1960 sobre as características do

¹⁸ António Costa Pinto e Nuno António Costa Pinto (coord.), *Portugal*

¹⁹ Cláudia Castelo — «O Modo Português de lidar com a colonização portuguesa (1933-1960)»

ginadas» que dá título ao livro
Andersen sobre a formação dos

tualmente descrito como uma
se destaca a sua vocação uni-
relacionamento com outros
eleger diálogos interculturais
timentos discriminatórios. A
acteriais é encontrada na sua
eriência medieval de convívio
a da flexibilidade e facilidade
s físicos e culturais. Esta apre-
r a dimensão inclusiva e não
sendo, dizia-se que o objetivo
extraeuropeus era arrancar as
rasadas e rústicas, ao seu es-
ando-as com os benefícios da

spondia à receção acrítica de
sobre o excecionalismo portu-
doutrina lusotropicalista cria-
no início da década de 1930.
s peculiaridades da formação
o os portugueses tinham colo-
a, uma das características que
ara a miscigenação. Explicada
as justificações para o fenóme-
os racistas por parte dos por-
áreas de colonização lusa. As
& *Senzala* (1933) e *O Mundo*

e os portugueses a associação
a estas teorias de G. Freyre.
nologia, os historiadores con-
do Mapa Cor-de-Rosa e do
publicana incorporou os do-
imaginário nacional luso, de
imperial. Como sintetizaram

alguns autores, tratava-se da «sacralização» das colónias africanas¹⁸, sa-
lientando ainda a relevância dos programas comemorativos para o refor-
ço do orgulho nacional. E, no entanto, a glorificação dos feitos ligados às
navegações, à expansão e à conquista territorial foi praticamente coetânea
desses mesmos feitos. Serviu propósitos de projeção política das autori-
dades portuguesas em palcos de política externa, fossem eles europeus ou
extraeuropeus, mas também de promoção reputacional das personagens
envolvidas. A cronística, especialmente a que foi produzida e descreve os
eventos dos séculos xv e xvi, além da épica, em que evidentemente se des-
taca *Os Lusíadas*, comprovam-no de modo inequívoco.

O auge da difusão desta perspetiva, simultaneamente amável e he-
roica sobre a colonização dos portugueses, situa-se nas décadas de 1950
e 1960. Ao arrepio do que ocorrera anteriormente, os acontecimentos de
1961 na Índia e em África, a par da pressão internacional para a autode-
terminação dos territórios ultramarinos, impulsionaram a colagem ins-
trumental do Estado Novo às ideias de Freyre. Cláudia Castelo considera
ser esse o período da «apropriação do lusotropicalismo»¹⁹. Embora se
mantivesse alguma dissonância sobre as vantagens da miscigenação entre
os intelectuais do regime, a mensagem acerca das características toleran-
tes e fraternas do mundo português foi eficazmente projetada dentro e
além-fronteiras. Deste modo, na sua fase final, o salazarismo reforçou a
ligação entre nacionalismo e colonialismo que vinha a ser desenvolvida
desde o liberalismo oitocentista, e acrescentou-lhe a dimensão inclusi-
va e a vocação universalista. O enraizamento social deste ideário deu-se
através dos programas escolares do Estado Novo, que assim fixaram esse
imaginário na memória coletiva dos portugueses. E a eficácia desta incul-
cação ideológica contribui bastante para explicar a sobrevivência destas
perceções até ao presente.

No entanto, esta visão benigna da colonização portuguesa — a su-
posta cordialidade do homem português, a sua vocação universalista e
o comportamento não racista — pode ser desconstruída com alguma
facilidade, se usarmos a documentação disseminada por arquivos e bi-
bliotecas. Com efeito, a recolha e a análise de fontes históricas efetuada
pelos historiadores desde há algumas décadas permite rever estas ideias
sobre as características do império português quanto ao seu alegado

¹⁸ António Costa Pinto e Nuno G. Monteiro — «A Identidade Nacional Portuguesa», in
António Costa Pinto (coord.), *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: D. Quixote, 2004, 51-65, p. 59.

¹⁹ Cláudia Castelo — «O Modo Português de Estar no Mundo». *O luso-tropicalismo e a ideolo-
gia colonial portuguesa (1933-1961)*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1999, pp. 87-107.

excepcionalismo. Desse modo, o uso mais frequente da comparação pelos historiadores desmistifica a singularidade das formas de colonização portuguesa e destaca as muitas semelhanças institucionais, económicas, sociais e culturais com outras situações imperiais, europeias e não europeias. Entre essas parencas sobressai a extrema violência praticada pelos diversos colonizadores nos processos de conquista e de ocupação territorial. Aplica-se a todas as regiões colonizadas e em todas as cronologias, e os portugueses não foram exceção. Alguns exemplos permitem ilustrar esta ideia. As narrativas sobre o bombardeamento que Pedro Álvares Cabral ordenou sobre a população de Calecut em 1500, a perseguição e o incêndio das naus carregadas de peregrinos oriundos de Meca ordenados por Vasco da Gama em 1502, as cruéis peripécias em torno da submissão de Ceilão na primeira metade de Quinhentos, a violência das conversões forçadas levadas a cabo por vice-reis como D. Constantino de Bragança em meados do século XVI, ou o martírio de Conculim (1583), revelam algumas atrocidades cometidas pelos portugueses. Muitos outros casos poderiam aduzir-se, seja para o Estado da Índia, seja para o Brasil ou para várias regiões do continente africano. De resto, sobre África é impossível esquecer a brutalidade do tráfico de escravizados que conduziu milhões de pessoas à travessia do Atlântico, forçando-as a romper com as suas tradições culturais e desumanizando-as. Também de violência se deve falar a propósito das populações indígenas na América pela constatação de como a integração na sociedade colonial provocou a destruição dos seus modos de vida, das suas visões do mundo ou dos recursos naturais em torno dos quais organizavam as suas comunidades. A captura no mato e o encaminhamento para os povoados indígenas — ou descimento —, o aldeamento, a catequização e o trabalho forçado que faziam parte da cristianização dos ameríndios eram processos com um nível de violência que não pode ser ocultado em nome da alegada missão civilizadora dos portugueses.

Os trabalhos sobre estas temáticas que têm vindo a ser desenvolvidos por historiadores de diversas proveniências reduziram os enviesamentos nacionais que pautaram as interpretações anteriores, criando brechas irreparáveis na visão lusotropicalista de uma sociedade mestiça, plural e tolerante. No que refere à centralidade dos mestiços mencionada por Freyre, alguns trabalhos questionaram mesmo o interesse dos colonos e dos locais pelo próprio processo de mestiçagem. Como era possível que quem era discriminado ou quem praticava e era socializado na pureza de sangue

pudesse promover a miscigenação no lugar subalterno que a ordem jurídica e político portuguesa atribuía ao *miserable persona* e como uma espécie de criação de novos impostos quadros de valor que fossem capazes de integrarem a sociedade. Outros trabalhos referem-se a práticas religiosas ou culturais aplicadas aos subalternos ou analisam a inferiorização imposta sobre as categorias subalternas em função da imposição de alguns coevos, «afeição». Se as fontes históricas sobre o governo do império revelam a realidade da dominação colonial. A análise das categorias sociais desfavorecidas revela várias ordens de razões. Em suma, a mestiçagem foi protagonizada por uma luta coletiva — ou seja, os mestiços, as mulheres devassas e o posterior processo de mestiçagem. Os nomes dos autores dos trabalhos referem-se-lhes como «negros se fizera moura»²³, «negros

²⁰ J.-F. Schaub — «Reflexões p... Ocidente», in Ângela Barreto Xavier (org.) *Outros. Poder e diferença no Império*, pp. 101-124; 120-121.

²¹ Pedro Cardim — «Os Povos Indígenas na América Portuguesa e Espanhola», in Resende e Pedro Cardim (orgs.) *(Sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Centro de Estudos de Humanidades (NOVA FCSH), 2017, pp. 101-124.

²² Arlindo Manuel Caldeira — *Esferas*. Esfera dos Livros, 2017, p. 19.

²³ António Baião — *A Inquisição*. Lisboa: Arquivo Histórico Português, 2017, p. 19.

²⁴ Mafalda Soares da Cunha (org.) *guês*. Lisboa: Casa das Letras, 2017, p. 19.

²⁵ Mafalda Soares da Cunha (org.) *guês*. Lisboa: Casa das Letras, 2017, p. 19.

frequente da comparação pe-
de das formas de colonização
as institucionais, económicas,
imperiais, europeias e não eu-
a extrema violência praticada
s de conquista e de ocupação
olonizadas e em todas as cro-
ção. Alguns exemplos permi-
o bombardeamento que Pedro
o de Calecut em 1500, a perse-
e peregrinos oriundos de Meca
cruéis peripécias em torno da
le Quinhentos, a violência das
e-reis como D. Constantino de
martírio de Conculim (1583),
os portugueses. Muitos outros
do da Índia, seja para o Brasil
no. De resto, sobre África é im-
de escravizados que conduziu
co, forçando-as a romper com
lo-as. Também de violência se
genas na América pela constan-
olonial provocou a destruição
mundo ou dos recursos natu-
as comunidades. A captura no
os indígenas — ou descimento
no forçado que faziam parte da
sos com um nível de violência
legada missão civilizadora dos

têm vindo a ser desenvolvidos
s reduziram os enviesamentos
teriores, criando brechas irre-
ociedade mestiça, plural e tole-
stiços mencionada por Freyre,
interesse dos colonos e dos lo-
Como era possível que quem
ocializado na pureza de sangue

pudesse promover a miscigenação biológica²⁰? Outros estudos deixam cla-
ro o lugar subalterno que as populações indígenas tinham no ordenamento
jurídico e político português do Antigo Regime. Aplicava-se-lhes o concei-
to de *miserable persona* e este identificava pessoas que eram consideradas
como uma espécie de crianças que careciam de tutela e a quem deviam ser
impostos quadros de valores e códigos de comportamento que as habili-
tassem à integração na sociedade dos conquistadores e à salvação eterna²¹.
Outros trabalhos referem as práticas discriminatórias de raiz étnica, reli-
giosa ou cultural aplicadas pelas autoridades coloniais e metropolitanas;
ou analisam a inferiorização transmitida pelas representações coevas, quer
sobre as categorias subalternas, quer sobre a miscigenação que, na expres-
são de alguns coevos, «afeiaria o reino»²².

Se as fontes históricas permitem desconstruir as imagens idealizadas
sobre o governo do império, também oferecem evidências sobre a capa-
cidade que as populações tiveram de resistir à violência da conquista e da
dominação colonial. A análise das resistências das pessoas pertencentes a
categorias sociais desfavorecidas é, no entanto, uma tarefa complexa, por
várias ordens de razões. Em primeiro lugar, porque muitas vezes a contes-
tação foi protagonizada por pessoas cujos nomes não ficaram na memó-
ria coletiva — ou seja, os relatos que as autoridades faziam dos factos, as
devassas e o posterior processo de repressão nem sempre mencionavam
os nomes dos autores dos protestos, dificultando a sua identificação pre-
cisa. Referiam-se-lhes como mulheres negras, «escrava forra que de cristã
se fizera moura»²³, «negros do mato»²⁴, «negros forros régulos»²⁵, «pretos

²⁰ J.-F. Schaub — «Reflexões para Uma História Política das Categorias Raciais no Ocidente», in Ângela Barreto Xavier e Cristina Nogueira da Silva (orgs.) — *O Governo dos Outros. Poder e diferença no Império Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016, pp. 101-124; 120-121.

²¹ Pedro Cardim — «Os Povos Indígenas, a Dominação Colonial e as Instâncias de Justiça na América Portuguesa e Espanhola», in Ângela Domingues, Maria Leônia Chaves de Resende e Pedro Cardim (orgs.) — *Os Indígenas e as Justiças no Mundo Ibero-Americano (Sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, CHAM — Centro de Humanidades (NOVA FCSH-UAc) e PPGH/UFSJ — Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de São João del-Rei, 2019, 29-84.

²² Arlindo Manuel Caldeira — *Escravos em Portugal. Das origens ao século XIX*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017, p. 19.

²³ António Baião — *A Inquisição em Portugal e no Brasil: subsídios para a sua história*, Lisboa: Arquivo Histórico Português, 1906, p. 103.

²⁴ Mafalda Soares da Cunha (org.) — *Resistências. Insubmissão e revolta no império português*. Lisboa: Casa das Letras, 2021, p. 168.

²⁵ Mafalda Soares da Cunha (org.) — *Resistências. Insubmissão e revolta no império português*. Lisboa: Casa das Letras, 2021, p. 210.

Minas», plebe... O que significa que não se lhes atribuía uma identidade própria. Esta omissão representava uma forma de inferiorização que ocultava as suas particularidades individuais, nomeadamente as capacidades organizativas, de liderança ou de mobilização política. Outras dificuldades sentidas pelos historiadores para a reconstituição dos percursos desta gente anónima são a homonímia, as alcunhas, a deturpação de nomes africanos, asiáticos ou indígenas, ou ainda a utilização alternada de nomes cristãos com nomes de outras origens religiosas.

A relevância do resgate dos percursos destas pessoas comuns é, no entanto, indiscutível. Note-se que além de constituírem a esmagadora maioria da população, o frequente encobrimento e desqualificação das suas ações por parte das autoridades que comunicavam os eventos servia intuitos de legitimação da dominação política. Era comum designarem-nos por bárbaros, bêbedos, pusilânimes, indolentes, irracionais, preguiçosos... Desse modo, devolver-lhes a voz e colocá-los no centro da História é um processo que exige não só uma releitura atenta das fontes, como o domínio de conhecimentos e de metodologias de várias áreas disciplinares. Em síntese, maior problematização e maior complexidade de análise.

Um excelente exemplo encontra-se nos estudos que a historiadora brasileira Silvia Hunold Lara tem dedicado à Guerra de Palmares, sendo Palmares o nome que identifica o grande quilombo, ou seja, o assentamento de escravizados africanos fugidos dos seus proprietários. Situou-se no atual estado de Alagoas, Brasil, ao longo da maior parte do século XVII. Os protagonistas foram milhares de negros escravizados que aí criaram comunidades com fortes traços sociais, políticos e culturais das suas origens africanas. Esses assentamentos eram também designados por «mocambos» e os trabalhos desta historiadora revelam Palmares como um verdadeiro «sobado» africano. Palmares representa igualmente a mais importante e a mais longa resistência negra ao sistema escravagista no Brasil colonial. Na linha do que se mencionou anteriormente, Silvia H. Lara releu a documentação dos arquivos com outro olhar. Mais concretamente, com o olhar dos outros. E então em vez de rebeldes e traidores encontrou pessoas que usaram a sua cultura política africana para estruturar e recriar as comunidades originárias do outro lado do Atlântico e também para negociar com as autoridades metropolitanas. De um passo só, a autora reconhecia a agência destes resistentes, além da relevância do passado africano para a compreensão histórica da formação do Brasil.

Em segundo lugar, o desenvolvimento dos estudos sobre a resistência

alargou o campo semântico de que, independentemente dos insatisfação social se manifestário da perspectiva de análise de revoltas, com confrontos outro lado, os seus protagonistas função da etnia ou da religião por colonizados e outra gente. No conjunto, as ações violenta na época e, por conseguinte, documentação. Também foram entre as autoridades e as que. Por esse motivo, são as resistências. Figueiredo — outro historiador de insubordinação no Brasil portal intitulado «Impressões soesrebelde/), no qual se li sobre mais de 200 revoltas oc 1824. Num futuro que se espeto europeu RESISTANCE²⁶ sinopses e os dados analíticos nos impérios ibéricos entre 1

Como se referiu antes, estes poderes estabelecidos. Podia-se o quotidiano, e podia-se fazê-lo constituem formas menos corinstituídos, os historiadores como atributos da inferioridade discriminadas. Lentidão e fugexemplos possíveis, do mesmo giosos, das formas artísticas e cidentificam casos de resistência género representa resistências

Mas a resistência dos subalternização do sistema político e insassinale-se a existência nos arlibertos e escravizados que sab

²⁶ Ver nota 16.

... lhes atribuía uma identidade
... ma de inferiorização que ocul-
... nomeadamente as capacidades
... io política. Outras dificuldades
... nição dos percursos desta gente
... eturpação de nomes africanos,
... o alternada de nomes cristãos
...
... estas pessoas comuns é, no en-
... stituírem a esmagadora maioria
... desqualificação das suas ações
... n os eventos servia intuítos de
... num designarem-nos por bár-
... racionais, preguiçosos... Desse
... ntro da História é um processo
... fontes, como o domínio de co-
... áreas disciplinares. Em síntese,
... de de análise.

... os estudos que a historiadora
... o à Guerra de Palmares, sendo
... ilombo, ou seja, o assentamen-
... eus proprietários. Situou-se no
... maior parte do século XVII. Os
... cravizados que aí criaram co-
... cos e culturais das suas origens
... n designados por «mocambos»
... Palmares como um verdadeiro
... almente a mais importante e a
... lavagista no Brasil colonial. Na
... Silvia H. Lara releu a documen-
... oncretamente, com o olhar dos
... res encontrou pessoas que usa-
... rnuturar e recriar as comunida-
... também para negociar com as
... ó, a autora reconhecia a agência
... sado africano para a compreen-

... dos estudos sobre a resistência

alargou o campo semântico do próprio conceito, permitindo demonstrar que, independentemente dos contextos e das cronologias, o protesto e a insatisfação social se manifestavam de muitas formas; ou seja, e ao contrário da perspetiva de análise mais habitual, não se resistia apenas através de revoltas, com confrontos violentos e coletivos no espaço público. Por outro lado, os seus protagonistas não eram apenas gente discriminada em função da etnia ou da religião. Há registo de muitas sublevações lideradas por colonizados e outra gente livre com variados graus de mestiçagem. No conjunto, as ações violentas foram as que mais chamaram a atenção na época e, por conseguinte, aquelas que foram mais referidas na documentação. Também foram aquelas que suscitaram maior preocupação entre as autoridades e as que foram sujeitas a uma repressão mais dura. Por esse motivo, são as resistências mais conhecidas. Luciano Raposo Figueiredo — outro historiador brasileiro, especialista em movimentos de insubordinação no Brasil anterior à independência — coordena um portal intitulado «Impressões Rebeldes» (www.historia.uff.br/impresoesrebeldes/), no qual se listam e apresentam sinopses e documentos sobre mais de 200 revoltas ocorridas desde a chegada dos portugueses até 1824. Num futuro que se espera próximo, a Cartografia Digital do projeto europeu RESISTANCE²⁶ vai disponibilizar uma página *web* com as sinopses e os dados analíticos e cartográficos das insurreições ocorridas nos impérios ibéricos entre 1500 e 1850.

Como se referiu antes, existiam outras formas de resistência aos poderes estabelecidos. Podia-se resistir de forma encoberta e dissimulada no quotidiano, e podia-se fazê-lo através da participação política. As primeiras constituem formas menos conhecidas, pois foram aquelas que os poderes instituídos, os historiadores convencionais e o senso comum sinalizaram como atributos da inferioridade ou da marginalidade de certas categorias discriminadas. Lentidão e fuga ao trabalho, evasão fiscal e deserção são exemplos possíveis, do mesmo modo que a manutenção dos rituais religiosos, das formas artísticas e dos estilos familiares das culturas originárias identificam casos de resistência cultural ou que a transgressão de códigos de género representa resistências aos sistemas patriarcais e religiosos vigentes.

Mas a resistência dos subalternos também se expressava através da utilização do sistema político e institucional estabelecido. A título de exemplo, assinala-se a existência nos arquivos de dados empíricos sobre indígenas, libertos e escravizados que sabiam ler e escrever, que sabiam mover-se nos

²⁶ Ver nota 16.

meandros processuais judiciais e administrativos, ou que usavam intermediários letrados para peticionar direitos às autoridades. Os historiadores estão cada vez mais conscientes da importância dessa informação e têm-se preocupado em abordar esses temas a fim de lhes devolver o espaço de intervenção política tão longamente negado pela história. Com efeito, e ao contrário do que se pensa habitualmente, estes indivíduos não eram apenas vítimas dos dominantes, mas também sujeitos ativos do processo histórico.

Concluindo: os processos de colonização são processos violentos que suscitam resistências diversificadas aos poderes estabelecidos. Neste sentido, a longa duração do império colonial português não deve ser lida à luz de quaisquer características amáveis e excepcionais dos seus colonizadores, embora também sejam de descartar dicotomias simplificadoras e juízos de valor anacrônicos e teleológicos. No fundo, a história deve basear-se em factos históricos, analisados criticamente, sem projecção no passado das categorias de análise do presente, mas, também, sem adoção de visões finalistas sobre a evolução histórica. Os processos históricos são complexos e assim devem ser equacionados e problematizados.

SUGESTÕES DE LEITURA

- Pedro CARDIM — «Os Povos Indígenas, a Dominação Colonial e as Instâncias de Justiça na América Portuguesa e Espanhola», in Ângela DOMINGUES, Maria Leônia Chaves de RESENDE e Pedro CARDIM (orgs.) — *Os Indígenas e as Justiças no Mundo Ibero-Americano (Sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, CHAM — Centro de Humanidades (NOVA FCSH-UAc) e PPGH/UFSJ — Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de São João del-Rei, 2019, pp. 29-84.
- Cláudia CASTELO — «O Modo Português de Estar no Mundo». *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1999.
- Mafalda Soares da CUNHA (org.) — *Resistências. Insubmissão e revolta no império português*. Lisboa: Casa das Letras, 2021.
- Luciano Raposo FIGUEIREDO (coord.) — *Impressões Rebeldes — Documentos e palavras que forjaram a História dos protestos no Brasil*. Portal web: www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/
- Sílvia Hunold LARA — *Palmares & Cucaú: O aprendizado da dominação*, A Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e o Centro de Pesquisa em História da Cultura do IFCH UNICAMP (CECULT), 2021.